

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Jeferson Lozecky

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas
Doutorando em Desenvolvimento Comunitário
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Erivelton Fontana de Laat

Doutor em Engenharia de Produção
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Capítulo II

A importância do ensino superior público para o desenvolvimento comunitário¹

Introdução

A origem das universidades remonta o final do século XI, na cidade de Bolonha, na Itália. Ali já se vivenciava um centro de cultura em função da "Escola de Artes Liberais". Esse desenvolvimento levou ao surgimento de outras escolas episcopais, monásticas e particulares, que ensinavam Direito, fazendo emergir a Universidade de Bolonha (1088); historia-se que a Escola de Direito de Bolonha atraiu muitos alunos de diversas partes da Europa por muitos anos (SIMÕES, 2013).

De início as universidades eram vistas como algo "superior", uma coisa que impressionava e que era alvo de admiração, "os homens medievais parecem ter concebido a universidade da mesma maneira que um artesão pobre considera uma criança brilhante [...], eles estavam impressionados pelo mistério da sabedoria contida nos livros (MINOGUE, 1981, apud SIMÕES, 2013, p. 138). Andrade e Burigo (2019), trazem uma narrativa sobre o contexto histórico das universidades, onde se infere que por muito tempo elas foram destinadas a uma pequena parcela da sociedade, isso se justificaria no fato de suas origens estarem fortemente ligadas à igreja e às monarquias.

Apesar desse acesso seletivo, as universidades tiveram um importante papel para a sociedade na Idade Média, pois se apresentaram como um espaço ligado ao saber, ao ensino e às pesquisas; isso possibilitou a socialização dos conhecimentos e estimulou o pensamento crítico (ANDRADE & BURIGO, 2019). Se em suas origens, as universidades eram vistas como algo "acima da sociedade", com o passar dos tempos passa a se ver uma maior democratização no acesso a elas e a outras instituições de ensino superior (centros universitários, faculdades, etc.). Da mesma forma, vai se metamorfoseando o

¹ Como citar este trabalho: LOZECKYI, J.; LAAT, E. F. A importância do ensino superior público para o desenvolvimento comunitário. In: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. Múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário. 1 Ed. Guarapuava/PR: Editora Apprehendere, 2023, p. 27 - 49. ISBN 978-65-88217-53-5. DOI 10.55820/978-65-88217-53-5.2.

sentido de universidade, com diferenças entre uma sociedade e outra, mudando de um país para outro. Vale dizer que o uso do termo universidade neste texto é mais figurativo, podendo ser entendido como instituições de ensino superior como um todo.

Seja por esse crescente na facilidade de acesso às universidades, seja por essa mudança no seu sentido, seja ainda pela evolução da sociedade da informação: o fato é que a importância das universidades para a sociedade só vem aumentando, especialmente do século XX, em diante. Passa-se a ter uma universidade mais inserida na sociedade, com mais ação sobre as comunidades onde elas se fazem presentes. Nesse sentido, a intenção deste texto tem início com essa reflexão quanto à evolução da inserção das universidades na sociedade, tendo como objetivo trazer informações sobre essas instituições e discutir alguns aspectos da relação: universidade e desenvolvimento comunitário.

Telos das universidades

Quando se transita pela temática que aqui se decidiu discutir, uma questão muito comumente vai surgir: qual o papel das universidades, quais os objetivos finais para os quais ela existe? Pensa-se que vale a pena uma análise sobre isso.

Prince (s.d.), faz uma instigante reflexão sobre o papel das universidades, sobre o que ele chama de Telos Educacional ou os objetivos finais da educação contemporânea. O autor faz uma comparação entre a universidade tal como estabelecida por Platão (Academia), fora dos muros da cidade, que mantinha distância da vida normal da cidade, e a universidade reintegrada ao convívio da cidade, que se insere e detecta as necessidades dessa cidade/sociedade.

A primeira tinha uma postura mais contemplativa, por isso o cuidado de manter essa distância da cidade que lhe proporcionasse uma perspectiva mais crítica; mas essa vida reflexiva muitas vezes parecia ser o fim em si mesmo e não um meio para fins maiores. Já a segunda, na visão do autor, parece ter um Telos mais empresarial ou corporativo, de formar ativos para a sociedade, de prover o mercado de trabalho, com o objetivo principal de ganhar retorno do investimento; mas que recebe a crítica de muitas vezes pecar na produção de conhecimento ou na geração de ciência.

Uma análise simplista poderia indicar a primeira como representada hoje nas instituições de ensino superior públicas e a segunda versão como sendo as privadas. No que tange às IES, privadas, não se tem a intenção de afirmar, mas não seria difícil formar consenso de que seus objetivos maiores sejam ligados à formação de profissionais para o mercado de trabalho, com intuítos econômicos muito claros, ao menos na maioria delas. Caso, isso fosse aceito, traria uma preocupação que esse segundo modelo (mais economicista), levado ao seu extremo de busca pelo retorno empresarial, possa ser tão nocivo quanto o extremismo no primeiro modelo (contemplativo e distante) possa ser relativamente inútil para a sociedade.

Seguindo nesse raciocínio quando se volta o olhar para as instituições de ensino superior públicas (IES), parece existir uma divisão entre o medo das universidades perderem sua essência, de se afastarem do modelo tradicional em que impera o amor pela geração do conhecimento pelo conhecimento, e a necessidade de habilitarem seus alunos de forma que estejam aptos para se inserirem no mercado de trabalho.

Por vezes isso parece ser tratado de forma antagônica, como se fosse impossível a existência de um meio termo. Esse discutido antagonismo inclusive leva a discursos que dizem que as universidades públicas estão entre as instituições mais conservadoras que existem no mundo, sendo muito avessas a mudanças, comparando-as à postura dogmática igreja católica, por exemplo.

Dentro dessa análise não há como esquecer as palavras de Chauí (2003), quando argumenta que a universidade é uma instituição social, sendo assim um reflexo da estrutura e do modo como a sociedade funciona. Isso pode ser comprovado quando se volta para o interior da universidade e se encontra a mesma presença de opiniões, projetos e atitudes conflitantes existentes nas divisões e contradições da sociedade. Sendo uma instituição social, suas mudanças devem acompanhar as transformações da sociedade: sociais, políticas e econômicas.

A discussão aqui iniciada a partir das reflexões de Prince não é recente, mais de meio século atrás Darci Ribeiro já chamava a atenção para as "forças transformadoras" que agiam sobre as universidades do mundo todo. Isso decorreria de uma transição de uma sociedade de base industrial para uma nova sociedade; se trataria de uma revolução científica e tecnológica com capacidade de transfigurar a vida humana (RIBEIRO, 1969). Dessa forma, quando trata mais especificamente das universidades latino-americanas, Ribeiro (1969),

buscar mostrar um quadro entre os valores professados nas universidades e os valores reais, chamando a atenção para todo peso que se estava impondo a elas.

Complementarmente, não se pode deixar de mencionar que as universidades vivem num cenário bastante complexo, onde de um lado veem as exigências crescentes da sociedade e de outro convivem com uma política de visões imediatistas para o ensino superior, política essa fortemente quantitativa e utilitária. Sem esquecer que as restrições governamentais ao financiamento de sua atividade, impõem transformações profundas às universidades, de forma a poder assumir essa nova realidade (TAKAHASHI, 2014).

Outra demonstração que os desafios das universidades não são recentes e parecem ser de difícil resolução é a fala vintenária e atual da Reitora da UFRGS, professora Wrana Maria Panizzi, que indagada por Klering (2000), sobre os desafios da gestão universitária, divide-os em internos e externos. Internamente seu maior desafio é ter um projeto institucional que suplante e também incorpore os projetos individuais de professores, chefias, reitoria, etc. Olhando externamente, seu maior desafio é obter recursos que proporcionem um planejamento de longo prazo, especialmente aquele relativo à demanda de vagas a ser atendida, em número e em direcionamento.

De sua parte, Koifman (2011), defende que a universidade tem papel determinante na formação dos profissionais que a sociedade necessita para seu funcionamento. Não só por sua eficácia nessa formação, como também pelo caráter ético com que faz isso e por ser um local privilegiado de crítica e transformação social. Apesar de todo reconhecimento que a universidade tem pela excelência e ética na formação profissional, ou talvez justamente por isso, a atuação universitária é cada vez mais cobrada para que esse processo de formação acompanhe a evolução da sociedade, principalmente nesse novo ambiente onde a tecnologia da informação chegou sem freios.

Nesse contexto, a tendência é de aumentar a pressão sobre as universidades para que ocorram transformações no seu processo de formação de profissionais preparados para essa nova realidade. Já na outra direção existe a mencionada resistência às mudanças presente na universidade brasileira, que faz crítica à sua perda de identidade e sua submissão ao mercado. Bellez (2000), ao tratar do compromisso social da universidade, tece muitas críticas quanto à questão: universidade, mercado e crise do pensamento; comparando o mercado com uma "má companhia" que faria a universidade perder seus valores e autonomias.

Como se vê, a "razão de ser" ou o telos das universidades é uma questão tão antiga quanto complexa. E a tendência é que esse fogo cruzado sobre elas somente se acirre com o crescimento da utilização da inteligência artificial e as mudanças cada vez mais rápidas que ocorrem no mundo do trabalho.

Instituições de Ensino Superior Públicas no Brasil e no Paraná

Para se fazer uma análise quantitativa da evolução das instituições de ensino superior do Brasil e do Paraná recorreu-se ao Cadastro e-MEC, fonte oficial que foi regulamentada pela Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017. Em seu artigo 1º traz que "o e-MEC é um sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de ensino" (CONARQ, 2020). Segundo o Ministério da Educação, MEC (2021A, online):

O e-MEC foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e credenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente.

Esse cadastro se constitui na base oficial de dados dos cursos e das IES brasileiras independentemente de Sistema de Ensino: "os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições nos limites do exercício de sua autonomia", (MEC, 2021B, s.p.).

Em pesquisa detalhada feita em julho de 2021, o Cadastro e-MEC registrava um total de 3012, instituições de ensino superior, considerando tanto as públicas e quanto as privadas. Na Tabela 01, abaixo, foi feita a separação dessas IES por categorias administrativas e por organização acadêmica.

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	FACULDADES	UNIVERSIDADE	CENTROS UNIVERSIDADES	ESCOLAS DE GOVERNO	IFS ⁽¹⁾	CEFETS ⁽²⁾	OUTROS ⁽³⁾	TOTAL
Privada com fins lucrativos	1485	23	182	0	0	0	6	1696
Privada sem fins lucrativos	740	69	140	0	0	0	8	957
Pública estadual	99	41	2	5	0	0	1	148
Pública federal	9	68	1	11	39	2	13	143
Pública municipal	33	5	5	1	0	0	0	44
Especial ⁽⁴⁾	20	0	4	0	0	0	0	24
Total	2386	206	334	17	39	2	28	3012

Fonte: Lozecky e Laa (2022, p. 60).

⁽¹⁾ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

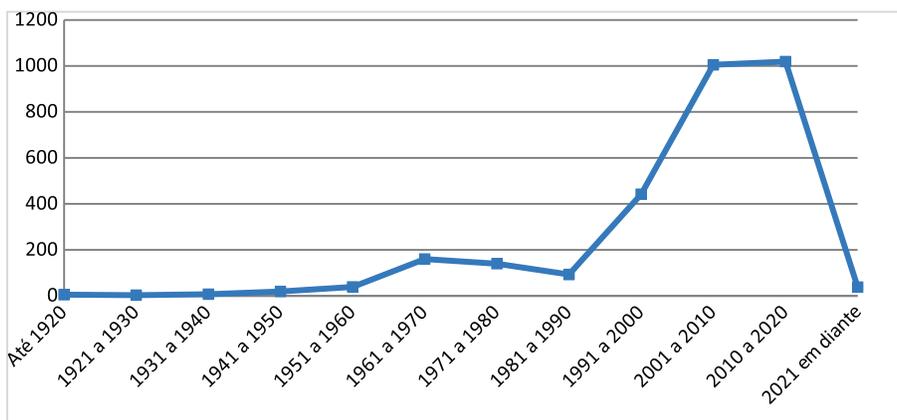
⁽²⁾ Centro Federal de Educação Tecnológica.

⁽³⁾ Instituição Especialmente Credenciada para oferta de cursos lato sensu.

⁽⁴⁾ Pessoa Jurídica de Direito Público - Municipal.

No caso do Brasil, a tratada democratização do acesso ao ensino superior começa a ocorrer com mais intensidade nos anos 1990, com a criação de 442 instituições de ensino superior. Isso mais que duplica nas duas primeiras décadas deste século, onde se constata o registro junto ao Cadastro e-MEC, da criação de mais de 1000 IES, por década, conforme gráfico 01 (LOZECKYI e LAAT, 2022):

Gráfico 01: Instituições de ensino superior criadas em cada década – desde 1909.



Fonte: Lozecky e Laa (2022, p. 61).

Esses mesmos autores (2022), mostram que o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso no Brasil foi o que contou com o maior aumento no número de credenciamentos de IES: 648 em 4 anos. Também merece destaque o ano de 2019, que registra o maior número de credenciamento: 220 IES.

Os números levantados por Lozeckyi e Laat (2022), mostram uma predominância de faculdades (n= 2386), no que se refere à forma de organização acadêmica, ou seja, representam 79,22%, de todas as IES brasileiras; enquanto isso apenas 6,84%, estão constituídas como universidades (n=206). Se 93,25%, das faculdades são IES privadas, no que se refere às universidades há certo equilíbrio, com uma ligeira predominância pública (55,34%).

Outra análise que se extrai desses autores é que a participação das IES privadas (n= 2653), representa 88,08%, do total de instituições do país. Focando nas instituições "Privadas com fins lucrativos" (n= 1696), tem-se uma representação relativa de 56,31%. Ou seja, mais da metade das instituições de ensino superior brasileiras são privadas e tem intuítos lucrativos. Não se fez um comparativo com outros países, por não ser foco deste trabalho, mas aqui se tem outro instigante tema de pesquisa: público versus privado. De outro lado, as IES públicas (n= 359), representavam quase 12%, do total, com uma relativa equivalência entre as públicas federais (n= 143 ou 4,75%), e as públicas estaduais (n= 148 ou 4,91%).

Outro ponto que chama a atenção é que cinco estados brasileiros concentram mais da metade (52,16%), das IES do Brasil: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Rio de Janeiro; enquanto os outros 21 estados mais Distrito Federal detêm 47,84%, das IES. Tais percentuais são muito próximos do número de habitantes de cada um desses estados possuía em julho de 2020, sendo as cinco maiores populações do país com 52,61%, da população total brasileira (IBGE, 2020). Só os estados de São Paulo e Minas Gerais concentram mais de um terço (34,50%), das IES de todo o país. A Tabela 02, mostra os números, por tipo de instituição, desses cinco estados brasileiros.

Tabela 02: Estados com maior número de Instituições de Ensino Superior no Brasil - julho de 2021.

ESTADOS	FACULDADES	UNIVERSIDADES	CENTROS UNIVERSITÁRIOS	OUTRAS	TOTAIS	%	% POPULAÇÃO DO BRASIL
1 São Paulo	556	37	84	5	682	22,64%	21,86%
2 Minas Gerais	289	21	37	10	357	11,85%	10,06%
3 Paraná	152	16	28	1	197	6,54%	5,44%
4 Bahia	138	10	20	3	171	5,68%	7,05%
5 Rio de Janeiro	110	16	24	14	164	5,44%	8,20%
Sub-totais	1245	100	193	33	1571	52,16%	52,61%
Demais estados	1141	106	141	53	1441	47,84%	47,39%
Totais	2386	206	334	86	3012	100,00%	100,00%

Extraído de: e-MEC (2021) e IBGE (2020).

Quando se alterou o filtro para “somente universidades públicas”, considerando as federais, as estaduais e as municipais, foram encontradas 114 universidades mantidas pelo poder público. Constata-se que em todos os estados brasileiros há, pelo menos, uma universidade pública em funcionamento; sendo que nesse quesito, Minas Gerais se destaca com 11 universidades federais e duas estaduais, como se pode visualizar na Tabela 03 abaixo:

ESTADO		FEDERAIS	ESTADUAIS	MUNICIPAIS	TOTAL	%
1 Minas Gerais	MG	11	2	-	13	11,40%
2 Paraná	PR	3	7	-	10	8,77%
3 São Paulo	SP	3	4	2	9	7,89%
4 Bahia	BA	4	4	-	8	7,02%
5 Rio Grande do Sul	RS	6	1	-	7	6,14%
Demais estados e DF	-	41	23	3	67	58,78%
Total do Brasil		68	41	5	114	100,00%

Extraído de: e-MEC (2021).

Quando se retira o filtro "somente universidade" e se retorna todos os tipos de IES, mas se exclui da análise as federais e municipais, são listadas 148 instituições públicas estaduais. Nesse foco de análise se constata uma realidade semelhante à que se viu com todas as IES públicas: o Estado de São Paulo em primeiro lugar com 81 IES públicas estaduais, que representam 54,73%, das instituições brasileiras desse tipo. Depois vêm Rio de Janeiro (n=17), Paraná

(n=7), Minas Gerais (n=6) e Bahia (n=4). Esses cinco estados juntos mantêm 77,7%, das IES públicas estaduais do Brasil. De outro lado, verificou-se que em apenas três estados brasileiros não existe nenhuma instituição de ensino superior mantida por recursos públicos estaduais e/ou sob administração pública estadual: Acre, Rondônia e Sergipe.

Além de ocupar a terceira posição no total de IES, o Paraná destaca-se no cenário nacional como o que tem o maior número de universidades públicas estaduais, são sete IES desse tipo; sem incluir as públicas municipais e federais. Em julho de 2021, o Cadastro e-MEC registrava a existência de 197 IES no Estado do Paraná: sendo 183 na categoria administrativa "Privadas" (92,89%) e 14 da categoria "Públicas" (7,11%), essas últimas listadas no Quadro 01 abaixo:

Quadro 01: Instituições de ensino superior públicas existentes no Paraná.

IES	SEDE	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	CATEGORIA
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Londrina	Universidade	Estadual
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Maringá	Universidade	Estadual
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Ponta Grossa	Universidade	Estadual
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)	Guarapuava	Universidade	Estadual
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	Jacarezinho	Universidade	Estadual
Universidade Estadual do Oeste Do Paraná (UNIOESTE)	Cascavel	Universidade	Estadual
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	Paranavaí	Universidade	Estadual
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)	Curitiba	Instituto Federal	Federal
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Foz do Iguaçu	Universidade	Federal
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Curitiba	Universidade	Federal
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Curitiba	Universidade	Federal
Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV)	União da Vitória	Centro Universitário	Municipal
Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente (FAMA)	Clevelândia	Faculdade	Municipal
Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN)	Mandaguari	Faculdade	Municipal

Extraído de: e-MEC (2021).

O ensino superior e o tripé: ensino, pesquisa e extensão

A existência das universidades, muito mais do que outros tipos de instituições de ensino superior, está assentada na indissociabilidade da tríade: ensino, pesquisa e extensão. Essa visão triangular mostra o seu caráter pleno ou como a universidade deve ser vista. Longe de tentar hierarquizar os vértices desse triângulo, tampouco de atribuir maior valor para um ou outro, mas talvez o ensino seja o aspecto que a maior parte da sociedade foca nas universidades; e provavelmente por isso seja o vértice em que ela é mais questionada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Capítulo IV trata da educação superior. No inciso II do art. 43, traz com uma das finalidades da educação superior, "formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua". Cabe destaque a menção a estarem "aptos para a inserção nos setores profissionais". Ou seja, não se trata apenas de diplomar, mas de se oferecer profissionais preparados para o mundo do trabalho, profissionais que consigam atender às demandas atuais crescentes do mercado e gerar desenvolvimento (econômico). Não é de hoje que se nota uma pressão por uma formação profissional orientada para o mercado. Aple (1989), apresentou que a ideologia capitalista que já estava alcançando o magistério. Para demonstrar, cita o Green Paper no Reino Unido e as políticas governamentais dos Estados Unidos.

Obviamente, que a afirmação de que o lado ensino é o mais conhecido pela sociedade em geral se trata de uma reflexão simplista e que foca mais no produto final desse ensino: o profissional formado. Entretanto, não se pode descartar que essa análise simplista já esteve em discussões, principalmente de pessoas leigas, como também de especialistas do ensino superior. Isso inclusive foi um dos pontos que fomentou a elaboração do presente texto e que justifica o grande número de trabalhos que se encontra relacionado às IES públicas.

Como segundo lado do triângulo do ensino superior tem-se a pesquisa, que é considerada como um dos grandes diferenciais das IES públicas em relação às IES privadas. Pode-se afirmar que as universidades públicas são as principais geradoras de "Pesquisa" do Brasil, a maior parte do conhecimento científico produzido vem do ensino superior público.

A Clarivate Analytics (2017), produziu o Relatório intitulado Research

in Brazil para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em que apresenta diversas informações relativas à pesquisa brasileira do período de 2011 a 2016. Esse Relatório traz um ranking com as 20 instituições de ensino superior com maior número de publicações de pesquisa constantes na Web Of Science no período mencionado, onde constam: 15 universidades públicas federais, cinco universidades públicas estaduais e nenhuma IES privada (LOZECKYI e LAAT, 2022).

Cabe o destaque para a Universidade Estadual de Maringá, UEM, que aparece nesse ranking. Dessa forma, completando a tríade do ensino superior tem-se a extensão, que vem sendo cada vez mais incentivada e implementada nas instituições de Ensino Superior brasileiras, sendo que nesse terceiro lado do triângulo universitário também se verifica um destaque grande para as práticas das IES públicas.

A ampliação das práticas extensionistas está prevista no Plano Nacional de Educação, PNE, sendo que a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018: "Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e da outras providências". Seu artigo 4º estabelece, "Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento), do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos".

Braido, Conto e Cerutti (2021, p. 63), afirmam que as instituições de ensino superior se destacam por ser um lócus de ensino, pesquisa e extensão, onde os acadêmicos e a comunidade podem entrar um ambiente propício para seu desenvolvimento intelectual e profissional, "dessa maneira, o ensino, a pesquisa e a extensão nas IES compreendem um processo gerador de aprendizagem científico, artístico, tecnológico e cultural". Os autores argumentam que o Ensino capacita os estudantes com informação e conhecimento científico, para entenderem como e por que as coisas funcionam; a Pesquisa é onde ele entende o processo formador do conhecimento; já a Extensão proporciona a interação entre a ciência (academia) e a vivência (sociedade), tornando possível a construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades sociais.

Aspectos Metodológicos

Esta pesquisa caracterizou-se como Aplicada tendo como objetivo subsidiar a solução de problemas concretos, práticos e operacionais. Também conhecida com pesquisa Empírica, uma vez que o pesquisador tem que ir a campo e ver a realidade (ZANELLA, 2009). Essa finalidade não impede que contribua teoricamente com fatos novos, gerando de novos problemas de pesquisa ou mesmo para a compreensão teórica de certas áreas do conhecimento (TRUJILLO FERRARI, 1982).

Quanto à abordagem do problema, configura-se como Pesquisa Qualitativa. Para Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p. 33), "utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação", pois considera a relação entre o objeto da pesquisa e o sujeito que vai além, daquele traduzido em números. Nessa pesquisa a base do processo de pesquisa é a interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados (SILVA; MENEZES, 2005).

Considerando os objetivos estabelecidos e a abordagem metodológica considera-se que esta pesquisa enquadra-se Pesquisa Exploratória. Para Gil (2012), esse tipo de pesquisa tem por finalidade desenvolver, esclarecer ou modificar ideias e conceitos, visando a formulação de problemas mais precisos, o que é comum em problemáticas pouco estudadas e com amplo campo de pesquisa em aberto. As estratégias ou instrumentos de pesquisa utilizados foram: Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental e sobre a Pesquisa Bibliográfica Martins (1994, p. 28), traz que "trata-se de estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. Tem como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto".

Já a análise documental consiste em uma série de operações que objetivam o estudo e a análise de documentos que levem a descobrir as circunstâncias sociais e econômicas às quais possam se relacionar, visa investigar os fatos sociais e suas relações temporais e sociais (RICHARDSON, 2014). Assim, a pesquisa documental em tela baseou-se, principalmente, em informações e relatórios obtidos do Cadastro e-MEC e de informações obtidas juntos aos sites das universidades públicas estaduais do Paraná.

Importância do ensino superior para o desenvolvimento comunitário

Após a devida fundamentação e contextualização nos textos precedentes, passa-se à discussão do ponto principal do presente estudo. Ousa-se afirmar que é indiscutível o papel das instituições de ensino superior públicas no processo de desenvolvimento comunitário, visto serem elas instituições sociais:

Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUÍ, 2003, p. 5).

Iniciando pelo aspecto ensino, é das universidades que saem os profissionais que atenderão às necessidades da sociedade. Quando se fala isso, transcende-se aqui a questão do mundo do trabalho. A formação superior ou universitária, mais que atender ao mercado na preparação de profissionais para serem meros produtores de riquezas (bens e serviços), gera profissionais que produzirão educação, propiciar saúde, causar bem-estar, desenvolver paz interior, gerar lazer, trazer qualidade de vida, entre tantos outros.

Esse pensamento está em consonância com o contido no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Nota-se que a Constituição de 1988, vincula diretamente a educação com a sociedade, aqui sendo tratada como comunidade.

Importante analisar que o artigo 205 trata, primeiramente, do desenvolvimento pleno da pessoa, isso tem mais chances de ser obtido com o envolvimento do aluno no ensino, aprofundamento via pesquisa e engajamento na extensão. Depois esse artigo chama a educação a preparar o aluno para o exercício da cidadania, o que só pode ocorrer se ele perceber qual é o seu papel na comunidade e a importância que ele tem no desenvolvimento comunitário.

E por fim a Constituição exige uma educação que qualifique para o trabalho.

Nesse sentido, surge novamente a figura de um triângulo, que está longe de ser equilátero, do qual fazem parte as IES (LOZECKYI e LAAT, 2022). Em um de seus lados, tem-se um novo perfil de sociedade e de mercado de trabalho, que requer profissionais cada vez mais eficientes e com uma série de novas competências sendo exigidas como: capacidade de comunicação, criatividade, facilidade de trabalhar em grupo, resiliência, autonomia, espírito cooperativo, empatia, capacidade de fazer conexões e ver o problema no todo, liderança, capacidade de negociação e resolução de conflitos, entre outros.

Em outro lado estão os jovens que anseiam pela formação superior como forma de se inserirem nesse mundo do trabalho e também na sociedade, "que conflitam dentro de si um desejo de pertencimento e uma necessidade de não serem só mais um". Como dizem Lozecky e Laa (p. 69, 2022), aqui se encontra "uma juventude que chega na fase da batalha pelo ingresso no ensino superior cada vez mais jovem de idade e cheia de angústias, inseguranças e inquietações". São jovens tão cheios de energia e de vontade de ser ou de vir a ser, quanto cheios de carências e interrogações se: fizeram a escolha certa, é isso mesmo que querem para seu futuro, isso lhes trará segurança e realização?

Complementam esses autores que no terceiro lado do triângulo estão as universidades, que estariam representadas pelo lado que está embaixo do triângulo. Não numa visão de inferioridade, mas sim por serem a base que dá suporte e une os outros dois lados. Essas instituições mesmo com todas as suas limitações e seus problemas precisam achar uma forma de suprir as necessidades das outras duas partes: sociedade e juventude em formação. Assim, as universidades precisam suprir as necessidades crescentes e mutáveis da sociedade por profissionais, mas, ao mesmo tempo, precisa cuidar para que seu processo de formação seja equilibrado com as capacidades de seus alunos, de forma a não perdê-los no meio do caminho.

Seguindo na indissociável relação ensino-pesquisa-extensão, diretamente ligado a esse processo de formação de estudantes em futuros profissionais, pode-se afirmar que as universidades são as principais produtoras de soluções para os problemas crescentes da sociedade, por meio das incontáveis e indispensáveis pesquisas que são desenvolvidas por seus acadêmicos e por seu corpo docente.

Pode-se dizer que onde houver um problema na sociedade, haverá um pesquisador dentro de uma universidade, na incansável busca por uma solução.

Uma significativa parcela desses pesquisadores são os acadêmicos que vieram apenas pensando em "se formar" em determinada profissão, mas que viram que podem fazer mais por sua comunidade, que podem ajudar a mudar cenários ruins. Onde houver uma oportunidade de melhorar um processo: de produção de alimentos, de construção de moradias, de cura de doenças (sejam as antigas ou doenças da nova sociedade), de prevenção ao surgimento de doenças, de melhoria da qualidade de vida da comunidade, entre tantos outros; sempre existirão pesquisadores dentro da universidade (docentes e/ou acadêmicos), estudando e pesquisando sobre isso.

Onde houver uma possibilidade de aplicação de um conhecimento teórico ou técnico gerado na Universidade para melhorar a vida da população e propiciar desenvolvimento comunitário, haverá professores e acadêmicos desenvolvendo esse conhecimento. Isso ocorre tanto por meio de novas pesquisas ou por meio de ações realizadas nas diversas atividades extensionistas.

Para Chiarini e Vieira (2012), as universidades têm um papel vital tanto na formação de recursos humanos quanto na geração de conhecimentos técnico-científicos que possam contribuir com o desenvolvimento econômico e social das comunidades onde estão inseridas. Contribuem sobremaneira com os sistemas de inovação, por meio dos projetos de pesquisa e desenvolvimento, que são uma via de mão dupla: de um lado atendem às necessidades do mercado e na outra direção capacitam os profissionais (acadêmicos) que trabalharam nas pesquisas.

A Câmara dos Deputados, por meio do Centro de Estudos e Debates Estratégicos (2018), produziu um extenso material onde demonstra os desafios e as potencialidades das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional. Trata da importância das universidades em questões como: transferência de tecnologias, ações que fomentam a inovação por meio dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), ações ligadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional, seu papel de auxiliares nas ações de política ambiental, entre outras ações e participações.

Para Rolim e Serra (2009), as universidades vêm sendo consideradas como elementos-chave no processo de desenvolvimento regional. Isso se intensifica no ambiente que tem a inovação como palavra mais pronunciada, assim como num ambiente de competitividade regional. Isso é corroborado por Raiher (2017), quando defende que a importância das universidades no desenvolvimento é cada vez mais destacado na literatura especializada. Os

impactos vão da geração do conhecimento à geração de um ambiente de aprendizagem, dos efeitos no ambiente cultural à formação de lideranças, do trabalho pela coesão social ao impacto no desenvolvimento econômico. Porto Júnior (apud RAIHER,2017), defende que:

A educação assume importância crucial no Brasil, porque é uma das principais fontes de desigualdade na distribuição de renda e bem-estar. Numa realidade em que um ano a mais de estudo recebe remuneração elevada e na qual a educação sozinha explica a maior parte dos salários e na qual a maioria dos brasileiros tem menos de 7 anos de educação, a consolidação e ampliação de redes de Universidades Estaduais com características locais e voltadas para o desenvolvimento regional assume uma importância fundamental.

Estudo feito por Caldarelli, Camara e Perdigão (2015), apontou que a presença das instituições de ensino superior do Paraná está ligada à melhora dos indicadores de emprego-renda e ao multiplicador de renda. Ainda é carente uma maior interação com as áreas de educação básica e saúde. Mas lembram que a experiência internacional mostra que aqueles países que usaram as universidades como suporte à geração de desenvolvimento econômico viram que isso se mostrou exitoso para sua população.

Camara e Caldarelli (2014), compilaram os principais resultados de pesquisas realizadas nas universidades públicas do estado do Paraná, financiadas pela Seti, que demonstram a contribuição as IES públicas na qualificação da mão de obra dentro do estado, onde se vislumbram resultados muito satisfatórios.

E quando se trata das instituições de ensino superior desse Estado, um detalhe que chama a atenção é sua capilaridade. Como visto, são 197 IES, entre públicas e privadas, que estão distribuídas em 63 cidades paranaenses, isso se forem consideradas apenas as cidades que abrigam o campus sede de cada instituição. Não se conseguiu informações sobre a capilaridade total dessas IES. Por estarem presentes em todas as regiões do Estado, além de beneficiar os respectivos estudantes também tem um grande potencial de fortalecer a economia regional e atuar no ambiente econômico local, tornando-o propício a uma maior inclusão social e na geração de oportunidades reais para a população.

A presença do ensino superior leva à formação de um valor humano

Complementarmente, o Quadro 02, traz a relação dos câmpus universitários existentes em cada universidade pública estadual do Paraná. Há que se esclarecer que nessas universidades há dois formatos de campus: campus universitário (permanente) e extensão universitária ou campus avançado (de caráter temporário).

Quadro 02: Universidades públicas paranaenses e seus câmpus

UNIVERSIDADE	CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA OU CÂMPUS AVANÇADOS
Universidade Estadual de Londrina - UEL	Londrina.	
Universidade Estadual de Maringá - UEM	Maringá, Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Ivaiporã e Umuarama.	
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG	Ponta Grossa (Câmpus Central e Câmpus Uvaranas).	Castro, Jaguariaíva, São Mateus do Sul e Telêmaco Borba.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE	Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Francisco Beltrão.	
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO	Guarapuava (Câmpus Santa Cruz e Câmpus Cedeteg) e Irati.	Pitanga, Chopinzinho, Coronel Vivida e Prudentópolis
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP	Cornélio Procopio, Jacarezinho e Luiz Meneguel de Bandeirantes.	
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR	Apucarana, Campo Mourão, Curitiba I, Curitiba II, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória.	

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os dados da Figura 01 e do Quadro 02 refletem a participação do ensino superior público, mas consideram apenas universidades estaduais e de um único estado brasileiro. Imagine-se quando se agregam as outras instituições de ensino superior; imagine-se quando somados todos os estados do Brasil; tem-se uma participação imensurável desse nível de ensino junto à sociedade e contribuindo para o desenvolvimento comunitário.

Sem a intenção de limitar a análise, posto existirem outros aspectos que se poderia discutir, mas focando no que foi aqui trazido, deixa-se duas reflexões, a primeira é que sem trabalho não há desenvolvimento comunitário, basta ver a abismo social existente entre regiões com alto nível de desemprego, se comparadas com regiões com nível de desemprego baixo; b) a segundo é que se a simples capacitação do trabalhador já pode ajudar na inserção no mundo do trabalho, a a educação superior pode fazer isso ter um impacto ainda maior, em termos de qualidade profissional e de nível de renda. Estudar "se" e "onde" a universidade precisa se transformar, para formar profissionais que cada vez

mais supram as necessidades da sociedade, dentro de um senso ético e social, pode ajudar na redução dos altíssimos e cruéis níveis de desigualdade social que existe entre a população brasileira.

Considerações finais

Longe de intencionar trazer soluções ou conclusões, o presente texto buscou instigar reflexões sobre a importância do ensino superior para a sociedade e para o desenvolvimento das comunidades onde elas estão presentes. Além disso, buscou trazer alguns números que ajudam a mensurar a presença das IES públicas no Brasil e no Paraná, bem como algumas comparações com as IES privadas. Por meio de uma combinação de discussões teóricas, opiniões de autores e alguns dados numéricos, tentou-se apresentar alguns conflitos e algumas angústias presentes nas universidades públicas, especialmente quanto aos seus objetivos finais ou ao Telos Educacional dessas instituições.

Chama à atenção as mudanças cada vez mais rápidas e radicais que ocorrem em todos os segmentos da sociedade, em função dos avanços tecnológicos e do crescimento da utilização da inteligência artificial. Se isso é bastante discutido no mundo do trabalho, as instituições de ensino superior não ficariam sem ser atingidas. Isso gera uma discussão sobre a necessidade ou não de mudarem, a necessidade de se adaptarem a todos esses avanços, qual o nível ou a intensidade dessas mudanças.

A solução poderia parecer óbvia, se a universidade existe pela sociedade e para a sociedade, ela deve mudar e se adaptar à nova realidade do mundo atual, atendendo aos anseios da sociedade. Usou-se o poderia, no futuro do pretérito, porque o número de variáveis envolvidas na gestão das universidades públicas brasileiras vai muito além da "simples" aversão à mudança. Dentre tantas variáveis, cita-se, pressão política sobre o orçamento das universidades, ensino superior visto como custo e não como investimento pelos governos, discussões sobre a estabilidade de professores e servidores públicos, dificuldade para o financiamento de pesquisas e projetos de modernização, estruturas físicas e tecnológicas ultrapassadas, pequena ou nenhuma perspectiva de melhorias.

Dentro desse emaranhado de dúvidas quanto ao futuro, angústias sobre a perda de sua essência, dificuldades que se avolumam, pressão de todos os

lados, uma única certeza quanto ao ensino superior público: sua existência é essencial para o desenvolvimento comunitário e deve ser defendida com todas as forças por todos aqueles que lutam por uma melhor qualidade de vida dos brasileiros.

Referências

APPLE, M. W. Educação e poder. Trad. de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ANDRADE, A. G. Z., BURIGO, C. C. D. A concepção de universidade e o processo de formação dos gestores universitários. Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária: Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201803>. Acesso: 23 jun. 2022.

BELLEZ, S. L. P. Universidade, mercado e crise do pensamento, In: Universidade e compromisso social. Org. D. Ristoff e P. Sevegnani. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BRAIDO, G. M.; CONTO, S. M.; CERUTTI, B. B. Desenvolvendo habilidades por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: a experiência da Vivência em Gestão. Revista Em Extensão, [S. l.], v. 20, n.º. 1, p. 57–75, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/58483>. Acesso: 13 jan. 2022.

BRASIL, Conselho Nacional de Arquivos, CONARQ. Portaria n.º. 21, de 21 dezembro de 2017, (2020). Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-21-de-21-de-dezembro-de-2017>. Acesso: 14 jul. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso: 05 jul. 2022.

BRASIL. Instituições de ensino superior e o desenvolvimento regional: potencialidades e desafios. Vitor Lippi (relator), Renato Gilioli (coordenador). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. (Série estudos estratégicos; n.º. 9).

BRASIL, Ministério da Educação, (online). e-MEC - Apresentação. 2021A. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=136&Itemid=782&msg=1&l=aW5kZXZgucGhwP29wdGl

vbj1jb21fY29udGVudCZ2aWV3PWJ1c2NhZ2VyYWwmSXRlbWlkPTE2N CZwYXJhbXNbc2VhcmNoX3JlbGV2YW5jZV09ZS1tZWmMmZD1zJnBhc mFtc1tkZV09JnBhcmFtc1thdGVdPSZwYXJhbXNbc2VhcmNoX3JlbGVudCZ2aWV3PWJ1c2NhZ2VyYWwmSXRlbWlkPTE2N bXNbc2VhcmNoX21ldGhvZF09YWxsJnBhcmFtc1tvcmRdPXBy. Acesso: 14 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Resolução n. 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018, n.º. 243. Seção: 1, p. 49. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso: 12 jan. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação, (online). Sistema e-MEC. 2021B. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso: 01 jul. 2021.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei n.º. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CALDARELLI, C. E.; CAMARA, M. R. G.; PERDIGÃO, C. Instituição de ensino superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paraenses. Brasília: Planejamento e Políticas Públicas – PPP, IPEA, n.º. 44, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lang=em. Acesso em 02 set. 2019.

CAMARA, M. R. G.; CALDARELLI, C. E. Universidades estaduais paraenses: desenvolvimento regional e contribuição para a qualificação da mão de obra. Londrina: UEL, 2014.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, n.º. 24, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lang=em. Acesso: 25 ago. 2021.

CHIARINI, T.; VIEIRA, K. P. Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 66, n.º. 1, p. 117-132, mar. 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/3599>. Acesso em: 04 set. 2019.

CLARIVATE ANALYTICS. Research in Brazil A report for Capes by Clarivate Analytics. 2017. In Relatório da Clarivate para a Capes revela panorama da produção científica do Brasil (2011-2016). Agência USP de Gestão de

- Informação Acadêmica Águia. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/noticias/relatorio-da-clarivate-para-capex-revela-panorama-da-producao-cientifica-do-brasil-2011-2016/>. Acesso: 12 jan. 2022.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS. 2020. Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 01 de julho de 2020. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf. Acesso: 20 jul. 2021.
- KLERING, L. R (org). Temas contemporâneos sobre gestão universitária. Florianópolis: BOOKESS, 2013.
- KOIFMAN, L. A função da universidade e a formação médica. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação Médica, v. 35, nº. 2, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022011000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso: 28 ago. 2021.
- LOZECKYI, J., LAAT, E. F. Ingresso no ensino superior pelo vestibular: sistema de seleção ou forma de avaliação da educação? Dossiê: Avaliação Estandarizada e da/para Aprendizagem na América Latina. Revista Humanidades e Inovação. Palmas, v. 9, nº. 03, fev. 2022, ISSN 2358-8322. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022011000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso: 14 mar. 2022.
- MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- PARANÁ. Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Seti. Mapa Georreferenciado. Disponível em: http://www.geoseti.pr.gov.br/geoseti/pages/templates/initial_public.jsf?windowId=9a4. Acesso: 28 jun. 2021.
- PORTO JÚNIOR, S. S. Apendice. In: RAIHER, Augusta Pelinski (Org.). As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017. 7,53 Mb.; ebook.
- PRINCE, B. Re-imagining Education for the Twenty-first Century. Drafts. Disponível em: <https://touchindiatrust.academia.edu/BrainerdPrince>. Acesso: 26 abr. 2021.
- RAIHER, A. P. As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná. Ponta Grossa: Ed. Uepg, 2017.
- RIBEIRO, D. A Universidade Necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. Colaboradores: Souza Peres, J. A. et al. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região norte do Paraná. Curitiba: Revista de Economia – UFPR, v. 35, n.º. 3, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/16710>. Acesso: 03 set. 2019.

RUFINI, Sueli Edi. Caracterização do sistema de ciência e tecnologia do estado do Paraná. In: RAIHER, Augusta Pelinski (Org.). As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017. 53 Mb.; ebook.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, M. P. B. Metodologia de pesquisa. Trad.: Daisy Vaz de Moraes. 5 Ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4 Ed. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SIMÕES, M. L. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 22, n.º. 2, p. 136-152, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17783>. Acesso: 23 jun. 2022.

TAKAHASHI, L.B.R. Gestão universitária frente à inovação: um estudo empírico no HU/UFSC. Belo Horizonte: Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde, RAHIS, v. 11, n.º. 3, 2014. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rahis/article/view/2118>. Acesso: 03 set. 2021.

TRUJILLO FERRARI, A. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: MacGraw-Hill do Brasil, 1982.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Brasília: CAPES: UAB, 2009.